

lizada nesta data, aprovaram e autorizaram, em caráter de urgência, o ajuizamento de pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei No 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, e do parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis ("Pedido de Recuperação Judicial"). O pedido de Recuperação Judicial foi deferido em 28/03/2024 pelo Juiz Gilberto Schaefer através do processo No. 5067855-09.2024.8.21.0001, da comarca de Porto Alegre.

De forma a garantir a sustentabilidade da Medabil, honrar os compromissos assumidos e continuar a fornecer os serviços aos seus clientes, o Pedido de Recuperação Judicial busca proteger a Companhia possibilitando a continuidade de suas atividades, a proteção e manutenção dos serviços prestados, a continuidade no estrito cumprimento das suas obrigações, a preservação do valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, promovendo o interesse da Companhia e atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores, trabalhadores e acionistas.

O processo está sendo conduzido com transparência e respeito, garantindo todos os direitos trabalhistas dos colaboradores envolvidos, com propósito de adequar os custos e as estruturas da Companhia ao atual momento econômico-financeiro e ao Pedido de Recuperação Judicial. Em consequência do Pedido de Recuperação Judicial, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de julho de 2024 a instalação de um Conselho Fiscal e eleição dos seus membros, em conformidade com o Artigo 48-A da lei No 11.101/05. A Companhia vem direcionando esforços para a aprovação do plano de recuperação judicial em Assembleia Geral de Credores sendo a primeira convocação prevista para ser realizada em 05/09/2025.

Enquanto aguarda a homologação de seu plano de recuperação, a Companhia vem mantendo as ações voltadas para o retorno do lucro operacional e redução dos custos financeiros através das seguintes ações:

a) Redução significativa do custo operacional através de revisões de processos e reestruturação organizacional, ficando a empresa com Unidades Industriais de Nova Bassano focada para atender aos mercados de pré-engenheirados e de múltiplos pavimentos e a unidade de Chapeco focada no mercado de estruturas especiais e infraestrutura;

b) Fortalecimento da estratégia comercial internacional, principalmente nos mercados das Américas Central e Sul com maior penetração nos mercados de infraestrutura, sendo mineração, celulose, siderurgias e de obras nos segmentos de infraestrutura e especiais, reduzindo a dependência do mercado interno para outros segmentos de pré-engenheirados e múltiplos pavimentos no mercado doméstico.

c) No começo de 2024 todas as obras constantes na carteira da Medabil estavam com atraso no atendimento no cronograma, devido ao pouco capital de giro. Após o pedido da recuperação judicial, e uma forte disciplina nas ações acima mencionadas, todas as obras se encontram com os cronogramas de entrega em dia.

2. Base de Preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais ("R\$" ou "Real") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional. No entanto, o plano de Recuperação Judicial, mencionado na nota 1.1 ainda permanece pendente de aprovação e homologação pela Assembleia Geral de Credores. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 15 de agosto de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As operações realizadas pela Companhia em uma moeda diferente da moeda do ambiente econômico principal em que operam (a "moeda funcional"), são registradas às taxas vigentes quando as transações no resultado ocorrem ou, no mínimo, pela taxa média mensal. Ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos às taxas cambiais em vigor à data do balanço patrimonial. As diferenças de câmbio resultantes da conversão de ativos e passivos são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem na conta de variação cambial.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As principais estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos estão divulgadas abaixo:

Processos legais

A Administração reconhece as provisões atribuídas para riscos de perdas prováveis em processos legais cíveis, tributários e trabalhistas. Estas provisões para perdas são baseadas nas estimativas preparadas pela administração com auxílio dos escritórios de advogados para cada processo judicial.

Vida útil dos ativos

Os imobilizados são depreciados durante a sua vida útil, com base na taxa de depreciação e amortização considerando a vida útil econômica dos bens.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A Administração analisa regularmente a necessidade de constituição de provisão para perdas com obsolescência de estoques. Quando há evidências que produtos não serão realizados, uma provisão é registrada.

3. Sumário das principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com vencimentos em até 90 dias após a sua contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

b) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e aplicações financeiras inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros não derivativos são registrados conforme segue:

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes saldos de passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiamento de clientes além de outras contas a pagar.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía nenhuma transação de instrumentos financeiros derivativos. (recomendável explicar a que se refere esses instrumentos financeiros derivativos, a exemplo das explicações dos itens "a" e "b")

d) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em conformidade com o disposto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 15 – Combinação de Negócios, a Companhia realizou em 31 de dezembro de 2024, o teste de recuperabilidade referente ao ágio oriundo da aquisição da Açotec, reconhecido inicialmente em 2012.

O ágio, no valor original de R\$ 51.250, foi registrado com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros advindos da combinação de negócios. No entanto, com base em estudos de viabilidade econômica, projeções de fluxo de caixa descontado e análise das condições de mercado, concluiu-se que os ativos não apresentam mais capacidade de recuperação compatível com o valor contábil registrado. Dessa forma, foi reconhecida, neste exercício, uma perda por *impairment* no montante de R\$ 51.250, reduzindo o saldo do ativo intangível correspondente ao ágio a zero, como demonstrado na Nota 13. A referida baixa impactou diretamente o resultado do exercício, sendo registrada como despesa na demonstração do resultado na rubrica de "Outras receitas/despesas operacionais" como "Perda por impairment de ativos intangíveis" - Nota 26.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, caso aplicável.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Companhia considera as seguintes vidas úteis econômicas para os bens constantes de seu ativo imobilizado:

Edifícios	1,53% a 4,00% ao ano
Máquinas e equipamentos	5,6% a 20% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano
Equipamentos de informática	20% ao ano

f) Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: ágio na compra da Açotec, softwares, marcas e patentes e por gastos com desenvolvimento de novos produtos. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

h) Ativos classificados com mantidos para venda

Os ativos não circulantes e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

i) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mantida para valorização de capital a longo prazo e não para venda a curto prazo no curso ordinário dos negócios.

A propriedade para investimento é mensurada inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é mensurada ao valor justo.

Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação legal ou presumida, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no

resultado. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Reconhecimento de receita

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando a Companhia transfere os riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que a Companhia receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

As receitas pela prestação de serviços de engenharia e montagem são reconhecidas de acordo com a efetiva prestação de serviço com base nas medições aprovadas pelo cliente ou quando efetivamente concluídas.

l) Arrendamento mercantil

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data do início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimos incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

m) Tributos sobre o lucro

Compreende o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), que são calculados anualmente com base no lucro tributável.

Tributos diferidos representam os créditos e débitos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de tributos diferidos são classificados como não circulantes. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor na data do balanço.

n) Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Determinadas normas entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Abaixo encontram-se elencados um resumo de tais normas e seu impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores

Alterações no CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e o CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 26

Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, que foram refletidas no CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

o) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, que substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos da IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)).
- Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 – Subsidiárias sem obrigação pública: Divulgação, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.
- Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da conta é formado substancialmente por depósitos bancários existentes ao final do exercício e que foram utilizados para quitação de obrigações no início do exercício subsequente. Os depósitos em conta corrente não são atualizados monetariamente e não há incidência de juros. Os recursos são mantidos pela Administração em instituições financeira consideradas sólidas e que não apresentam risco de liquidez.

5. Contas a receber de clientes

a) Abertura das contas a receber de clientes

	2024	2023
Contas a receber de clientes	65.785	31.068
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.606)	(5.915)
	57.179	25.153

b) Movimentações da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa

	2024	2023
Saldo inicial	5.915	6.280
Constituição de provisão	2.691	-
Baixas e reversões	-	(365)
Saldo final	8.606	5.915

c) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento das contas a receber de clientes é a seguinte:

	2024	2023
A vencer	11.782	17.550
Vencidos até 30 dias	15.755	41
Vencidos até 31 a 90 dias	23.511	165
Vencidos de 91 a 180 dias	1.996	765
Vencidos acima de 181 dias	12.741	12.547
Saldo final	65.785	31.068

6. Estoques

A composição dos estoques pode ser assim resumida:

	2024	2023
Produtos acabados	7.019	27.218
Produtos em elaboração	5.449	3.535
Matéria prima	14.534	16.678
Material em poder de terceiros	1.925	6.448
Provisão para perdas	(359)	(359)
Saldo final	28.568	53.520

7. Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar estão assim compostos:

	2024	2023
IPÍ	7.396	5.091
INSS	198	-
ICMS	8.312	4.166
IRRF, IRPJ e CSLL	3.888	2.259
Reintegra	196	196
PIS	1.310	7.955
COFINS	45.696	36.838
ISSQN	947	949
Total	67.943	57.454
Circulante	28.004	18.036
Não circulante	39.939	39.418

8. Adiantamento a fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais de materiais	18.363	3.528
Fornecedores estrangeiros de materiais	55	-
Fornecedores nacionais de serviços	30	-
Para viagens	100	-
Total	18.548	3.528